

Incertezas em tempos de pandemia: uma reflexão sobre a Educação Popular em Saúde¹

Helena Maria Scherlowski Leal David², Grasielle Nespoli³, Marcos Aurélio Matos Lemões⁴

Resumo

Apresenta-se uma reflexão a respeito dos sentidos e possibilidades do “popular” nas práticas de educação em saúde, considerando a atual conjuntura de incertezas sociais e político-econômicas agravadas pela incidência da pandemia por Covid-19 no Brasil. Discute-se brevemente o uso do qualificativo “popular” na relação entre profissionais de saúde, serviços, academia e população, e destaca-se o contexto relativo aos modos de viver das classes populares na conjuntura de pandemia. Conclui-se em favor da importância da educação popular para uma contextualização das novas condições da vida humana.

Palavras-chave

Educação em saúde. Pandemias. Participação da comunidade.

¹ Esse texto deriva das reflexões construídas coletivamente durante o Painel Temático “Educação Popular: discursos, textos, contextos e conjunturas” do II Seminário Temático do Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (GT EPS/ABRASCO), ocorrido nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2020, em Parnaíba, Piauí, Brasil.

² Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil com estágio pós-doutoral na University of Alberta, Canadá; professora titular da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil; integrante do GT EPS/ABRASCO. E-mail: helenalealdavid@gmail.com.

³ Doutora em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; pesquisadora em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil; integrante do GT EPS/ABRASCO. E-mail: grasielle.nespoli@fiocruz.br.

⁴ Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil com estágio pós-doutoral na mesma instituição; bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD-Capes); integrante do GT EPS/ABRASCO. E-mail: enf.lemoes@gmail.com.

Uncertainties in times of pandemics: a reflection on Popular Health Education⁵

Helena Maria Scherlowski Leal David⁶, Grasielle Nespoli⁷, Marcos Aurélio Matos Lemões⁸

Abstract

A reflection is presented regarding the meanings and possibilities of the “popular” in health education practices, considering the current conjuncture of sociopolitical and political-economic uncertainties, aggravated by the incidence of the pandemic by Covid-19 in Brazil. The use of the term “popular” in the relationship between health professionals, services, academia and the population is briefly discussed, and the context related to the livelihoods of the popular classes during the pandemic is highlighted. We conclude in favor of the importance of Popular Education for contextualizing the new conditions of human life.

Keywords

Health education. Pandemics. Community participation.

⁵ This production is based on the collective reflections of the conference panel “Popular education: speeches, texts, contexts, and conjunctures” presented in the II Thematic Seminar of the Thematic Group for Popular Education and Health of the Brazilian Association of Collective Health (Brazilian acronym GT EPS/ABRASCO). It occurred from 4th to 5th February 2000 in Parnaíba, State of Piauí, Brazil.

⁶ PhD in Public Health, National School of Public Health of the Oswaldo Cruz Foundation, State of Rio de Janeiro, Brazil with postdoctoral internship at the University of Alberta, Canada; full professor at the Faculty of Nursing, State University of Rio de Janeiro, Brazil; member of GT EPS/ABRASCO. E-mail: helenalealdavid@gmail.com.

⁷ PhD in Education in Science and Health, Federal University of Rio de Janeiro, Brazil; researcher in Public Health at the Joaquim Venâncio Polytechnic School of Health of the Oswaldo Cruz Foundation, State of Rio de Janeiro, Brazil; member of GT EPS/ABRASCO. E-mail: grasielle.nespoli@fiocruz.br.

⁸ PhD in Sciences, Federal University of Pelotas, State of Rio Grande do Sul, Brazil with post-doctoral internship at the same institution; scholarship holder of the National Postdoctoral Program (PNPD-Capes); member of GT EPS/ABRASCO. E-mail: enf.lemoes@gmail.com.

O que quer dizer o “popular” na saúde?

Esta reflexão é um convite ao debate sobre qual o sentido da Educação Popular e Saúde (EPS) hoje, numa conjuntura de esgarçamento das relações sociais e institucionais que vem se agravando e que, agora, é atravessada pela emergência de uma pandemia de proporções muito maiores do que a princípio se pensava. O assunto é vasto, portanto precisamos estabelecer um recorte a partir do qual debater. O texto pretende discutir, primeiro e de modo breve, em que consiste a ideia do “popular” na educação em saúde, para, em seguida, indagar a respeito dos sentidos e possibilidades desse “popular” hoje, considerando a conjuntura da pandemia por Covid-19.

De modo geral, usa-se o termo “popular” no campo da educação em saúde para designar um público-alvo. A educação popular, portanto, englobaria as práticas educativas voltadas para certos grupos da população. Aí, temos uma questão: a que grupos ela se dirige? Usualmente, trata-se de um grupo de pessoas que o educador considera que tem necessidade de aprender algo. Do ponto de vista de classe ou estrato social, os termos utilizados para designar esses grupos são diversos: camadas populares, população periférica, pobres, populações vulneráveis. Ou seja, a ideia de carência e fragilidade social costuma permear a definição do grupo-alvo (DAVID, 2001). De outro modo, a educação popular é compreendida também como uma concepção educativa, um exercício pedagógico ou um movimento educativo com suas próprias metodologias e práticas, sendo detentora de seu espaço de ação nos âmbitos formais e não formais de educação (CARRILLO, 2013).

Outra ideia em torno do “popular” na educação em saúde se orienta por uma crítica ao cientificismo (STOTZ, 1993). Aqui, a EPS dialoga com a Teoria da Produção Social da Saúde, em especial na sua ênfase nos processos de determinação social das doenças e da saúde, entendida como uma produção socialmente determinada (BREILH, 2013). A EPS, nessa lógica, desenvolve práticas que são informativas sem deixar de induzir à reflexão coletiva a respeito das condições e modos de viver que afetam a produção da saúde. A proposição da pedagogia freireana da problematização da realidade é o ponto de partida.

Essa crítica supõe a intencionalidade de superar o cientificismo – que costuma sustentar as ações de educação em saúde – para inverter a lógica da produção de saberes, partindo do diálogo e da problematização para incluir, na agenda de debates e decisões, sobre a saúde, a visão de mundo e os saberes desses grupos. A ideia de carência caminha junto com a de capacidade e fortaleza desses grupos diante das condições adversas, do corredor estreito pelo qual caminham as classes populares (VALLA, 1998).

Embora se esteja dirigindo as ações de EPS para grupos invisibilizados e que sofrem a exploração e a opressão inerente ao modo capitalista de acumulação, é preciso refletir: nem sempre o “popular” designará o reconhecimento de grupos sociais como detentores de um saber legítimo e que deve ser resgatado e incluído para compor os diversos saberes sobre saúde. Podemos encontrar proposições autointituladas de EPS que se apresentam como um simulacro de diálogo. Por isso, nos grupos de EPS, é corrente a constatação de que nem todo mundo que diz fazer EPS a faz e muitos, que não chamam de EPS o que fazem, estão dentro dessa perspectiva.

Não foi com uma perspectiva de “nós” (profissionais e acadêmicos) e “eles” (pessoas da população) que o campo da EPS se constituiu. Os valores e princípios norteadores das práticas de EPS convergem para o pensamento de educadores como Paulo Freire, Carlos Brandão, Victor Vincent Valla, entre outros, e estão baseados no reconhecimento de grupos e pessoas como detentores de um saber importante, válido e essencial para construção de uma sociedade democrática. Não se trata de “basismo”, de achar que todo e qualquer conhecimento é equivalente em termos de ser ferramenta cognitiva para a resolução das questões de saúde. Mas todo e qualquer conhecimento tem validade, na medida em que compõe as diversas formas de ler o mundo. E, portanto, tem de ser trazido para a roda, precisa circular, ser discutido, e nos permitir, a todos, pensar, repensar e mudar ideias, levantar hipóteses, imaginar saídas.

Quando falamos de saúde, há um posicionamento que deve ser entendido como fundante da EPS, que é a sua concepção ampliada, que inclui (mas não se limita) à perspectiva biologicista, de doença. Mas vai além, porque quer responder não apenas à pergunta: “como e por que adoecemos?”, mas também “como e por que somos fortes, tão fortes que conseguimos resistir a tantos séculos de exploração e silenciamento?”.

O “popular” da EPS, portanto, tem a ver com um posicionamento no mundo que não pode ter nenhuma neutralidade e que se apresenta, anuncia e denuncia as diversas formas de opressão e subalternização de pessoas e grupos. É um alinhamento claro em favor de mudanças profundas nas formas de produzir e distribuir a riqueza, uma luta longa e histórica, na qual temos de ser educadores pacientemente impacientes.

O conceito de educação popular pode ser discutido em diferentes áreas. Quase todas as temáticas podem dialogar com ela de alguma maneira – e deveria –, desde que, no cerne de suas ações, esteja a dimensão educativa e a intencionalidade emancipadora dos sujeitos (CALADO, 2014).

Esse mesmo “popular”, hoje, se apresenta como um desafio à compreensão e engajamento de militantes, profissionais e acadêmicos. Não importa quais lentes teóricas usemos, a realidade que nos cerca é absolutamente confusa, quando não beira o absurdo. E constatamos que muitas pessoas e grupos que seguem sendo invisibilizados e explorados se alinham com o pensamento conservador, quando não claramente fascista, e não parecem possuir consciência do quanto esta conjuntura lhes é e continuará sendo nociva. Destaca-se o proselitismo religioso mais enganador, usualmente ancorado nas religiões de matriz neopentecostal (mas não apenas), e que parece possuir um efeito hipnótico, e perigosamente desdobrado na condução política de massas de homens e mulheres.

Aqui, uma reflexão é necessária. Em meio à indignação e à tristeza de pessoas alinhadas com o pensamento progressista, de esquerda – e mesmo entre pessoas de centro que discordam da atual condução governamental e do conservadorismo ideológico que a apoia –, tornou-se corrente o uso de palavras que desqualificam os “outros” ao se referirem a essas pessoas que, a nosso ver, são manipuladas e cegas. De que modo essa forma de nos relacionarmos nas mídias sociais e no cotidiano afeta a tessitura de diálogos possíveis e potentes? Não será possível denunciar a injustiça, o preconceito e o conservadorismo de outras formas?

Por outro lado, para nós, que pensamos um mundo de justiça e bem-viver, está muito claro que a EPS é mais do que nunca importante para desvelar processos ocultos e ocultados, e que só reafirmam o poder dos sempre poderosos. Nesse sentido, o exato momento em que vivenciamos a chegada, no país, da pandemia pelo vírus Sars-Cov-2, a Covid-19, se constitui num campo privilegiado, já que vem tornando mais e mais visíveis as profundas cisões sociais, culturais e históricas que nos acompanham.

No redemoinho da pandemia

A ocorrência do atual surto de Covid-19 não é um processo excepcional, se olharmos a questão da saúde numa perspectiva histórica. Não surpreende que estejam se produzindo mais e mais processos de adoecimento relacionados a microrganismos, com destaque para os vírus e sua capacidade de mutação rápida e recombinação genética na mesma medida em que os entornos ambientais se tornam alvos de especulação financeira e lucro. Apesar de sua surpreendente velocidade de transmissão e gravidade dos casos que requerem internação, a Covid-19 pode ser considerada uma tragédia anunciada.

Nesse cenário de incertezas globais, indagamos se chegaram a existir certezas, especialmente para essa fatia da população mais vulnerabilizada pela falta de acesso à moradia, ao trabalho decente, à saúde, à educação, ao lazer. Uma fatia apartada de seus territórios, de sua relação com a terra e dos meios de produção, o que caracteriza o modo de vida da maioria da população brasileira. Em tempos de pandemia, como essas pessoas podem pensar, ou priorizar na realidade de seus cotidianos o risco de adoecer, se a “provisão” de bens essenciais à vida não existem de forma satisfatória para um bem viver? Como aproveitar esse momento para estabelecer novos paradigmas de saúde e de educação, que não sejam culpabilizadores e prescritivos, com orientações de proteção demasiadamente simples para uma parte da população e inalcançáveis para outra parte?

Grande parte da população brasileira não tem acesso à água encanada, outros tantos vivem com trabalhos informais, vínculos precários ou inexistentes: como pensar a saúde dessa, e com essa população, no contexto de confinamento e distanciamento físico, em que é preciso lavar as mãos a cada duas horas? Existe uma racionalidade por trás de tais regras de isolamento, mas é a racionalidade da biomedicina, que se confronta com outras regras da vida e da sobrevivência, do convívio.

No momento atual, em que estamos completamente capturados pelas informações sobre o quê e como fazer diante dos riscos de adoecer e morrer pela Covid-19 e prescrições surgem legitimadas pela ciência, pelas evidências científicas e pelas normas emitidas pelas autoridades sanitárias, gostaríamos de reforçar a importância da EPS e da saúde coletiva que têm em sua essência a valorização e a promoção de um trabalho territorializado que visa fortalecer os saberes populares, a participação social e a produção do cuidado associado à transformação dos modos de vida e da relação entre os humanos e o planeta.

Nesse contexto de pandemia, podemos também ver e vivenciar outras estratégias de reorganização social que foram se estruturando à medida que as comunidades, de certa forma, perceberam que constantemente o Estado produz exclusões e que, de fato, somente pela organização local e com respeito a essas realidades poderemos criar um caminho viável para sobreviver a esse agravo.

Assim como o marinheiro do conto “Uma descida ao Maelström”, de Edgar Allan Poe, que luta contra a morte no meio do redemoinho nos mares do norte e que se distanciando daquilo que vivencia pode enxergar a possibilidade de salvação em um barril que flutua, nós, no redemoinho da vida, em condições tão incertas, poderemos, a partir da realidade vivida, mapear e produzir as possibilidades, conferindo densidade suficiente aos diálogos para que eles se transformem em ideias, proposições e ações coletivas de potência de vida.

Por uma educação popular em, na e para a saúde

O momento exige assumirmos um posicionamento ético-político e epistemológico para a produção de práticas educativas de caráter emancipatório, para além das prescrições a respeito de hábitos e comportamentos ditos “saudáveis”. Exige que reconheçamos e partamos do ponto de vista popular para discutir o que é ter saúde, sem perder de vista as reais condições de vida das pessoas. Nesse sentido, é preciso estabelecer um diálogo para melhor compreender o “popular”, tanto no que diz respeito à construção de uma visão conservadora e obscurantista que nega a ciência, quanto no que está se constituindo como inovador e autêntico no contexto de enfrentamento da pandemia, rumo à gestão coletiva e comunitária e a favor da vida.

A fragilidade da vida humana, exposta ainda mais pelo vírus, pode abrir uma fissura para a problematização de visões conservadoras e obscurantistas que naturalizam a necropolítica, colocada em curso por discursos que banalizam a vida e medidas que flexibilizam a quarentena, o isolamento físico e o distanciamento social, deixando populações e grupos mais vulneráveis à mercê da sorte.

Ocorre, de fato, a exacerbação dos espaços de exclusão que, historicamente, criaram fronteiras sociais, com políticas de responsabilização individual, acentuando brutalmente a desigualdade e a polarização de regiões mais ricas e mais pobres dos municípios brasileiros, o que inclui o acesso aos serviços de saúde, leitos hospitalares e diagnósticos em tempo hábil.

Nesse contexto, parece que a morte iminente é a situação-limite capaz de impulsionar o humano em outro sentido, ampliando a força do popular nos processos de defesa da vida, como visto em muitas favelas, a exemplo de Paraisópolis, em São Paulo, e do Alemão, no Rio de Janeiro. Apesar de assistirmos (perplexos!) parte da população desrespeitando as estratégias de contenção da pandemia, com base em discursos individualistas e preocupações econômicas que se sobrepõem à vida humana e coletiva, a pandemia gerou, nas classes subalternizadas, a organização autônoma e participativa em territórios periféricos que expressam resistência frente à vulnerabilidade social que as aflige. Instituiu-se um sistema de vigilância civil e popular em torno das famílias, ruas e vielas, articulado a uma rede de apoio social coordenada pela solidariedade das pessoas em prover as condições mínimas para a manutenção da vida, como a higiene e a alimentação.

Com a precariedade e a insuficiência de serviços públicos para a garantia dos direitos de cidadania previstos constitucionalmente, moradores se organizam para ordenar a vida nos territórios. As redes de apoio geram efeitos de reciprocidade, entre o doar e o receber,

permitindo mais sentido na gestão da vida comunitária, ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção da saúde. Como afirmou Valla (1999, p. 10), o envolvimento comunitário “pode ser um fator psicossocial significativo na melhoria da confiança pessoal, da satisfação com a vida e da capacidade de enfrentar problemas.” Nesse mesmo texto, o autor fala sobre a importância da organização popular durante a epidemia de Cólera no Peru, no início dos anos de 1990, para a diminuição da taxa de mortalidade que era esperada. Assim pode ocorrer no Brasil, se houver, cada vez mais, organização popular para agir via reivindicação dos direitos e também via ação concreta de resistência à necropolítica.

Ao analisar essa nova realidade que estamos vivenciando, já se percebe o popular retomando o seu espaço de organização, de apoio mútuo e de reflexão sobre as estratégias de sobrevivência em um contexto de precarização e instabilidade. A crise do Covid-19 impõe uma nova situação de territorialização das classes populares e indica a necessidade de retomada da EPS. Contextualizando essa nova realidade da condição de vida humana, percebe-se a indignação de discutir como o sistema opressor tenta, no cotidiano, subestimar as mortes em detrimento de uma maléfica manutenção do poder.

Se o “popular” é, de fato, o permanente convite e a mão estendida para que as pessoas subalternizadas tenham voz, e usem essa voz, como vamos caminhar para buscar as saídas sem excluí-las (ainda que suas narrativas apenas reafirmem a opressão)?

O convite que fazemos, neste texto, é o de que possamos, primeiramente, nos darmos o direito de ficar perplexos e assustados, porém juntos e sem abrir mão dos horizontes utópicos. A nossa aposta é que perplexidade e o mal estar coletivos podem ser o adubo que permitirá tecer novas caminhadas. Nesse sentido, o convite é que todos e todas tragam seus medos, suas dores, sua tristeza, suas indagações, suas esperanças, pois esse é o momento que temos e vivemos, e devemos acolher a nós mesmos na nossa fragilidade para que nossa força possa se reconfigurar.

Trata-se, portanto, de estreitar toda e qualquer oportunidade para trocar e conhecer ideias, estratégias e jeitos possíveis que, coletivamente, podemos produzir daqui adiante, pois sabemos que o caminho se faz ao caminhar; e a estrada que temos pela frente é dura e longa, mas é o que confere sentido ao nosso viver.

Referências

BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v. 31, Supl. 1, p. 13-27, 2013.

CALADO, A. J. F. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? *In*: PEREIRA, A. A.; LEITE, I. (org.). **Educação do campo, agroecologia e a luta pela terra no Vale do Mamanguape/PB**. João Pessoa: Ideia Editora, 2014. p. 171-189.

CARRILLO, A. T. Educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. *In*: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org). **Educação popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 15-32.

DAVID, H. M. S. L. **Sentir saúde**: a religiosidade como categoria metodológica no trabalho de educação em saúde junto às classes populares. 2001. 249 f. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

STOTZ, E. N. Enfoques sobre educação e saúde. *In*: VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. **Participação popular, educação e saúde**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 11-22.

VALLA, V. V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, Sup. 2, p. 7-14, 1999. Doi: 10.1590/S0102-311X1999000600002.

VALLA, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 2, p. 7-18, 1998. Doi: 10.1590/S0102-311X1998000600002.